

**RESOLUÇÃO N° 002/2019**

Regulamenta o processo para a escolha dos  
Conselheiros Tutelares nas eleições de 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — COMDICA do Município de Alegria — RS, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal n° 8.069-90 — ECA no art. 12º, XI da Lei Municipal n° 1.587/2015 de 12 de maio de 2015 e o disposto na Resolução n° 170-2014 do Conselho Nacional CONANDA, RESOLVE expedir a seguinte Resolução.

**CAPITULO 1**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O processo para a escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Alegria de que tratam os arts. 40 a 44 da Lei Municipal n° 1587/2015, alterados pela Lei Municipal n° 1.830/2019, ocorrerá através de eleição pelo voto direto secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município.

Art. 2º O processo será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — COMDICA e fiscalizado pelo Ministério Público, e reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

§ 1º Dentre os integrantes do COMDICA são destacados 05 membros representantes da Administração e da sociedade civil, os quais comporão a Comissão Especial Eleitoral responsável pela condução de todo o processo de escolha, sendo eles

- I — 02 representantes do poder público;
- II — 03 representantes da sociedade Civil.

§ 2º Os integrantes da Comissão Especial Eleitoral escolherão dentre seus integrantes um presidente, sendo o nome do escolhido divulgado no Edital de abertura das inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

**APROVADO**



## CAPITULO II

### DAS INSTÂNCIAS ELEITORAIS

Art. 3º Constituem instâncias eleitorais

- I — O COMDICA, e
- II — A Comissão Especial Eleitoral.

Art. 4º Compete ao COMDICA:

- I — Compor a Comissão Especial Eleitoral;
- II — Expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;
- III — Julgar:

- a) Os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral;
- b) As impugnações ao resultado geral da eleição.

IV — Publicar o resultado geral da eleição; e

V — Proclamar os eleitos.

Art. 5º Compete á Comissão Especial Eleitoral:

I — Coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade, o que inclui a elaboração, aplicação e correção da prova escrita, de caráter eliminatório e ou contratação de empresa para tal;

II — Receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados com cópia ao Ministério Público;

III — Receber e analisar as impugnações e recursos apresentados pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA quando for o caso;

IV — Notificar os candidatos concedendo-lhes prazo para defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;

V — Realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados que firmarão compromisso de respeitá-las sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local.

APROVADO



VI — Selecionar preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;

VII — Publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;

VIII — Receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;

IX — Escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X- Notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha;

XI — Solicitar ao comando da Polícia Militar efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;

XII — Fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

XIII — Processar e decidir as denúncias referentes a propaganda eleitoral;

XIV — Receber e divulgar imediatamente após a apuração o resultado oficial do processo de escolha encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;

XV — Tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito; e

XVI — Resolver os casos omissos.

§ 1º Para analisar e decidir acerca de recursos e impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e se necessário ouvir testemunhas eventualmente arroladas determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias;

§ 2º As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão tomadas pela maioria de seus membros;

§ 3º Em caso de empate, o voto de desempate será dado pelo Presidente da Comissão.

### CAPITULO III

#### DO PROCESSO DE ESCOLHA

##### SEÇÃO I

###### DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA E SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares terá início com a publicação do Edital de Convocação que obrigatoriamente conterá:

I — Período de inscrições que durará no mínimo 30 (trinta) dias;

APROVADO



- II — Requisitos necessários a inscrição definidos no art. 12 desta Resolução;
  - III — Prazos para recursos e impugnações;
  - IV — Regras de divulgação do processo de escolha;
  - V — Condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, conforme previsto na Lei local;
  - VI — Composição da Comissão Especial Eleitoral encarregada de conduzir o processo de escolha;
  - VII — Período de campanha eleitoral;
  - VIII — Outros prazos recursais referentes a etapas do processo de escolha.
- § 1º O Edital de Abertura deverá ser publicado com antecedência de no mínimo, 04 (quatro) meses da data do pleito;
- § 2º Ao Edital de Abertura dar-se-á ampla divulgação devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do Município se houver, bem como em todos os meios de imprensa oficial definidos nesta Resolução, devendo ser também afixado em locais de amplo acesso ao público;
- § 3º Para os fins a que se refere o § 2º deste artigo também deverão ser realizadas chamadas em rádio local jornais e outros meios de divulgação;
- § 4º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude conforme dispõe o art. 88 inciso, VII da Lei nº 8.069, de 1990.

#### DA DATA, LOCAL E PROVIDÊNCIAS PARA A ELEIÇÃO

Art. 7º Para a realização do processo de escolha através de eleição deverá ser solicitado à Justiça Eleitoral local o empréstimo de urnas eletrônicas.

§ 1º A elaboração do software respectivo para o processo de escolha fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as disposições das Resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade;

**APROVADO**



§ 2º Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas deverá ser solicitado à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns a fim de que a votação seja feita manualmente;

§ 3º No caso de utilização de urnas comuns, a Comissão Especial deverá providenciar a confecção das cédulas conforme modelo a ser aprovado pelo COMDICA;

§ 4º Na hipótese do § 3º deverá ser publicado no Edital a definição dos critérios a serem adotados para a votação por meio deste procedimento;

§ 5º Além do empréstimo das urnas deverá ser requerido à Justiça Eleitoral cópia das listas de eleitores, com as respectivas Zonas e Seções Eleitorais, bem como, endereço dos locais de votação.

Art. 8º A eleição será realizada em locais públicos de fácil acesso, observados os requisitos essenciais de acessibilidade.

Paragrafo único. Os locais de votação serão divulgados por meio de Edital próprio com a antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.

Art. 9º A eleição realizar-se-á no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília-DF.

Art. 10. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Paragrafo único. Caso o número de candidatos registrados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

Art. 11. Considerar-se-ão eleitos os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior votação nas eleições.

Paragrafo único: Serão eleitos como suplentes os 05 (cinco) candidatos subsequentes, observada a ordem decrescente resultante da eleição.

**APROVADO**



### SEÇÃO III

#### DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 12. São requisitos para candidatar-se a função de Conselheiro Tutelar:

- I — Fotocópia da Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor;
- II — Reconhecida idoneidade moral;
- III — Idade superior a 21 anos;
- IV — Residir no Município;
- V — Comprovante de quitação eleitoral;
- VI — Possuir aptidão física e psicológica para o exercício da função Comprovadas por profissional da área médica;
- VII — Prestar prova de conhecimento de caráter eliminatório.

Paragrafo único. Os requisitos referidos nos incisos I a V deste artigo devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar juntamente com comprovante de Escolaridade Nível Médio.

### SEÇÃO IV

#### DAS INSCRIÇÕES E REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 13. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Resolução, bem como, das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Art. 14. A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

Art. 15. As informações prestadas na Ficha de Inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento da ficha.

**APROVADO**



Art. 16. As inscrições ocorrerão de 02 de Maio ao dia 03 de Junho de 2019, no horário das 08h30min às 16 h30mim no Prédio do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Rua São Lourenço, nº 53, sala 02, Bairro Centro, no Município de Alegria/RS.

Parágrafo único. No caso de prorrogação das inscrições com fundamento no parágrafo único do art. 10, o prazo para novas inscrições será de 15 dias sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

Art. 17. São documentos necessários à inscrição, de forma a demonstrar o adimplemento dos requisitos para a candidatura constante no art. 12º desta Resolução, os seguintes.

I — Ficha de inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, devidamente preenchida;

II — Certidões negativas da Justiça Estadual e Federal de condenação com sentença transitada em julgado por contravenções penais crimes comuns e especiais;

III — Cópia autenticada do documento oficial de identificação, sendo para este fim assim considerado, a cédula de identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública; pelas Forças Armadas; pela Polícia Militar pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei tenham validade como, Documento de identidade a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista; o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997;

IV — Título Eleitoral e Certidão de quitação da Justiça Eleitoral;

V — Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA IPTU entre outros) ou contrato de locação de imóvel em nome do candidato, caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir;

VI — Declaração de que não exerceu consecutivamente a função de Conselheiro Tutelar nos últimos dois mandatos ainda que um deles não tenha sido em período integral;

VII — Uma foto 5x7.

§ 1º As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma;

§ 2º Não serão recebidos documentos originais sob qualquer hipótese ou alegação.

**APROVADO**



Art. 18. O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida pelo art. 17, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

Art. 19. A Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento das inscrições deverá se reunir e por meio de ata deliberar acerca da homologação das inscrições.

§ 1º O candidato que não tiver sua inscrição homologada, deverá ser notificado por escrito via edital dentro de 03 (três) dias úteis da decisão da Comissão e poderá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso que será julgado pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) dias úteis;

§ 2º Após a ciência da decisão da Comissão da qual será notificado o candidato no prazo de 03 (três) dias úteis da referida deliberação, em sendo mantida a não homologação da inscrição poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação apresentar recurso ao COMDICA que terá 03 (três) dias úteis para julgá-lo;

§ 3º Após o julgamento dos recursos ou transcorrendo os prazos sem a manifestação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida, no prazo de 03 (três) dias úteis será publicado Edital pelo COMDICA no qual constará a lista nominal dos inscritos cuja inscrição foi homologada.

Art. 20. Publicada a lista dos inscritos será aberto prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação para pedidos de impugnação de inscrições.

§ 1º Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor;

§ 2º As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas através de formulário conforme modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital.

§ 3º Para analisar e decidir acerca das impugnações, poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias;

**APROVADO**



§ 4º A Comissão tem a partir do recebimento das impugnações, o prazo de 03 (três) dias úteis para notificar os candidatos com candidatura impugnada para que apresentem suas defesas, o que deve ocorrer até 03 (três) dias úteis a contar da notificação;

§ 5º A Comissão Especial Eleitoral avaliará o pedido de impugnação bem como eventuais recursos interpostos pelos candidatos, e os julgará no prazo de 03 (três) dias úteis após encerrado o prazo para a apresentação das defesas;

§ 6º A Comissão Especial Eleitoral notificará da sua decisão o impugnante e o candidato, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da sua deliberação;

Art. 21. Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA que deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis.

Parágrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

Art. 22. Concluídos os prazos para recursos e impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições e será publicado novo Edital pelo COMDICA constando a lista final dos candidatos com candidatura registrada, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do encerramento dos julgamentos.

## SEÇÃO V DA PROVA ESCRITA

Art. 23. Os candidatos com a candidatura devidamente registrada listados no Edital a que se refere o art. 22 submeter-se-ão a prova escrita de caráter eliminatório, a ser aplicada no dia **17 de agosto de 2019**, com início às **08 h 30min** e término às **11h e 30 min horas**, a comprovação da aptidão física e psicologia acontecerá no dia **17 de agosto de 2019** a partir **13:30 horas** em local a ser definido em Edital.

Art. 24. A prova objetiva será composta de **25 (vinte e cinco)** questões de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada ao desempenho da função de Conselheiro Tutelar, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício.

**APROVADO**



Art. 25. O conteúdo programático será relacionado em anexo ao Edital de abertura de inscrições.

Art. 26. A todas as questões corretas serão atribuídos **04 (quatro) pontos** de modo que a prova totalizará 100 (cem) pontos.

Art. 27. A nota final de cada candidato será apurada pela média aritmética das notas obtidas nas questões.

Art. 28. Cada questão conterá cinco opções de resposta e somente uma será considerada correta.

Art. 29. A prova objetiva será reproduzida em igual número ao dos candidatos que tiverem as inscrições homologadas definitivamente.

Art. 30. Ultimadas as cópias, juntamente com a via original que conterá o gabarito a ser utilizado na correção serão as provas acondicionadas em envelopes lacrados e rubricados pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral os quais permanecerão guardados em local seguro até o dia da aplicação das provas.

Art. 31. As provas conterão parte destacável, numerada sequencialmente, iniciando-se em 01 (zero um) e se destinara a identificação dos candidatos.

Art. 32. Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de trinta minutos, munidos de:

- I — Comprovante de inscrição;
- II — Documento oficial com foto; e
- III — Caneta esferográfica azul ou preta.

§ 1º Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação das provas no horário definido serão excluídos do certame;

§ 2º O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto antes de cada prova será excluído do certame;

§ 3º Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há no máximo noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

**APROVADO**



Art. 33. No horário definido para início das provas, os fiscais convidarão dois candidatos para conferirem o lacre do envelope removendo-o a vista de todos os presentes.

Art. 34. Distribuídas às provas, inicialmente os candidatos conferirão a presença das 25 questões passando-se ao preenchimento do nome completo, exclusivamente no canhoto destacável, o qual será imediatamente recolhido pelos fiscais e lacrado em envelope específico.

Art. 35. Os cadernos de provas deverão ser preenchidos pelos candidatos mediante a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, assinalando-se apenas uma alternativa em cada questão.

Art. 36. Não serão consideradas válidas atribuindo-se pontuação zero as questões que forem respondidas a lápis sem posterior confirmação a caneta.

§ 1º Também será anulada a questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada pelo candidato ou que contiver rasuras ou borrões;

§ 2º Será anulada integralmente a prova que contiver assinaturas ou sinais que permitam a identificação do candidato, ressalvado o numeral impresso pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 37. O candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um fiscal.

Art. 38. Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões da prova.

Art. 39. Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo o candidato que apresentar atitude de desacato desrespeito ou des cortesia para com as pessoas encarregadas pela realização ou aplicação das provas ou com os outros candidatos.

I — Durante a realização da prova demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas por gestos palavras ou por escrito bem como se utilizando de livros, notas ou impressos;

II — Durante a realização das provas estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *laptop* receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

§ 1º Na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I a II será lavrado "auto de apreensão de prova e exclusão de candidato fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por no mínimo um fiscal e pelo candidato eliminado;

**APROVADO**



§ 2º Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato o fato será certificado á vista da assinatura de duas testemunhas.

Art. 40. No horário aprazado para o encerramento das provas serão estas recolhidas independentemente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

Art. 41. Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

Art. 42. No prazo de **03 (três)** dias úteis a Comissão Especial Eleitoral deverá proceder ou acompanhar a correção das provas.

Art. 43. A correção se dará mediante comparação do gabarito padrão com as respostas assinaladas pelos candidatos no caderno de provas, registrando-se as pontuações individuais por questão e o total da nota atribuída à prova.

Art. 44. Encerrada a correção de todas as provas e registradas as notas atribuídas, será procedida a abertura dos envelopes contendo os canhotos de identificação, comparando-os com aqueles que contiverem igual numeração para identificar a nota atribuída a cada candidato.

Art. 45. Somente serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, cinquenta por cento da pontuação aferida à prova sendo os demais excluídos do processo.

Art. 46. Ultimada a identificação dos candidatos, a totalização das notas o resultado preliminar será publicado por meio de Edital no átrio da Prefeitura Municipal, no mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet.

Art. 47. Da classificação preliminar dos candidatos e do gabarito oficial é cabível recurso endereçado à Comissão Especial Eleitoral contendo a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal no prazo de **03 (três)** dias úteis.

§ 1º Será possibilitada vista da prova na presença da Comissão Especial Eleitoral, permitindo-se anotações;

§ 2º A Comissão referida no caput no prazo de **03 (três)** dias úteis julgará o recurso;

§ 3º Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão Especial Eleitoral, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados sendo publicado novo Edital;

**APROVADO**



§ 4º Não havendo reconsideração a Comissão Especial Eleitoral notificará os recorrentes da sua decisão dentro de 03 (três) dias da deliberação, para que estes possam interpor recurso perante o COMDICA no prazo de 03 (três) dias da notificação;

§ 5º O COMDICA tem 03 (três) dias para julgar o recurso e expedir Edital com a lista definitiva dos candidatos classificados para participarem da eleição.

Art. 48. Se ao julgar os recursos o COMDICA verificar a ocorrência de empate em relação ás notas recebidas por dois ou mais candidatos terá preferência na ordem classificatória sucessivamente o candidato que tiver obtido a maior nota na prova de legislação.

§ 1º Mantido o empate este será decidido por meio de sorteio em ato público, em local e horário previamente definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados por meio de Edital;

§ 2º A aplicação da ordem de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

Art. 49. No Edital que divulgar o resultado definitivo com a classificação dos aprovados na prova escrita, constará a convocação para que estes se apresentem para sorteio em ato público a fim de atribuir o número a cada um deles, cujo resultado será publicado por Edital.

## SEÇÃO V DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 50. O período de propaganda eleitoral terá inicio no dia imediatamente posterior ao da publicação do Edital que indica o número de cada candidato, encerrando-se 24 horas antes do dia da eleição.

Art. 51. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.

Art. 52. Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 1º Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação á ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

**APROVADO**



§ 2º Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro, benefícios ou vantagens de qualquer natureza incluídos brindes de pequeno valor em troca de apoio a candidaturas;

§ 3º Considera-se propaganda enganosa:

I — Promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;

II — A criação de expectativas na população que sabidamente não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, e

III — Qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

Art. 53. Qualquer cidadão fundamentadamente poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

§ 1º A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral podendo inclusive determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura;

§ 2º Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da ciência da denúncia;

§ 3º O candidato notificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral;

§ 4º Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 03 (três) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia;

§ 5º O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) a contar desta.

Art. 54. Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA que deverá ser apresentado em 03 (três) dias úteis a contar da notificação.

Parágrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

**APROVADO**



**SEÇÃO VI**  
**DOS MESÁRIOS**

**Art. 55.** Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais nominalmente em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender a demanda do processo de eleição.

§ 1º Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais o COMDICA e a Comissão Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõem o COMDICA;

§ 2º A atuação dos representantes das entidades referidas no parágrafo anterior será gratuita.

**Art. 56.** Não podem atuar como mesários:

I — Candidatos e seus parentes ainda que por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

II — Cônjugue ou companheiro de candidato; e

III - Pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

**Art. 57.** A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias da realização do pleito.

**Parágrafo único.** O candidato ou qualquer cidadão poderá impugnar a indicação de mesário fundamentadamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do Edital com a respectiva nominata, nos moldes do formulário cujo modelo constará anexo ao Edital de abertura das inscrições.

**Art. 58.** A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as impugnações a mesários no prazo de 03 (três) dias úteis do encerramento do prazo para a entrega das impugnações, notificando os impugnantes de sua decisão dentro de 03 (três) dias úteis a contar a decisão.

**Art. 59.** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 03 (três) dias úteis contados da notificação.

**APROVADO**



Parágrafo único. O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento e publicará Edital com a relação definitiva dos mesários no prazo de 03 (três) dias úteis da sua decisão.

Art. 60. Compete aos mesários antes do início da votação verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

Art. 61. Na hora designada para o inicio da votação cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa a ser assim designado pela Comissão Especial Eleitoral declarará iniciados os trabalhos.

Art. 62. Os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine se apresentem a Mesa Eleitoral portando o documento oficial de Identificação com fotografia.

§ 1º Os mesários registrarão na folha de controle de votação o nome do eleitor e o número do documento com fotografia;

§ 2º Após o registro o mesário deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

Art. 63. Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas quando houver.

## SEÇÃO VII DA VOTAÇÃO

Art. 64. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as zonas eleitorais estabelecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral que poderão ser agrupadas por local ou região para melhor atender a operacionalização do processo de escolha e serão divulgados por meio de Edital, com antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.

Art. 65. Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores do Município até 03 (três) meses antes do processo de eleição, devendo o eleitor apresentar por ocasião da votação o título de eleitor e/ou documento oficial com fotografia.

APROVADO



Parágrafo único. A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto às mesas receptoras de votos devendo tudo ser registrado em ata de votação.

Art. 66. O eleitor deverá votar em cinco candidatos.

Art. 67. O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine individual onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

Art. 68. O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem nesse momento.

Art. 69. O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes no ato.

## SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO

Art. 70. Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, antes do início da votação.

§ 1º- O fiscal receberá neste momento, "crachá de identificação" que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição;

§ 2º- Não será permitida a acumulação da função de fiscal com a de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outra função a ser exercida em razão da eleição.

Art. 71. Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento;

§ 2º Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

**APROVADO**



Art. 72. Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de início e encerramento dos trabalhos.

Art. 73. Eventual comportamento inadequado de parte do fiscal poderá resultar na determinação pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

## SEÇÃO IX DAS OCORRENCIAS E IMPUGNAÇÕES

Art. 74. As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da Mesa ao final da votação e antes da apuração, salvo aqueles referentes ao parágrafo único do art. 65 que deverão ser julgadas no momento da impugnação.

Art. 75. Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo quanto aqueles referentes ao parágrafo único do art. 37, quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.

§ 1º O COMDICA terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento dos recursos que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito;

§ 2º O resultado do julgamento dos recursos será notificado aos interessados no prazo de 03 (três) dias úteis da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições, será objeto de publicação de Edital.

## SEÇÃO X DA APURAÇÃO E DO RESULTADO

Art. 76. A apuração dos votos será realizada em um único local a ser escolhido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação por Edital.

**APROVADO**



Art. 77. Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 78. O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

Art. 79. Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

Art. 80. Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

- I — A data da eleição;
- II — O número de votantes;
- III — As seções eleitorais correspondentes;
- IV — O local em que funcionou a mesa receptora de votos;
- V — O número de votos impugnados;
- VI — O número de votos por candidato; e
- VII — O número de votos brancos, nulos e válidos.

Art. 81. Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

Art. 82. Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a ata de apuração e devolverão o material utilizado na eleição a Comissão Especial Eleitoral.

Art. 83. Em caso de empate entre candidatos será considerado eleito aquele mais idoso.

Art. 84. Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento, que será assinada por ele e demais membros da Comissão, candidatos presentes que assim desejarem, membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

**APROVADO**



Art. 85. A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento.

Art. 86. Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis a contar da publicação do Edital.

§ 1º O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado;

§ 2º O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para esse fim, no prazo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

## SEÇÃO IX

### DA POSSE DOS ESCOLHIDOS

Art. 87. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2020 e obedecerá ao disposto no art. 45 da Lei Municipal nº 1.587/2015, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — COMDICA com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal por Portaria.

Art. 88. Será exigido para a posse a apresentação dos seguintes documentos:

I — Fotocópia da Carteira de Identidade;

II — Fotocópia do CPF;

III — Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros) ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato, caso o candidato não possua estes documentos em seu nome poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir;

IV — Comprovante de quitação eleitoral;

**APROVADO**



V — Possuir aptidão física e psicológica para o exercício da função Comprovadas por profissional da área médica;

VI — Declaração de bens;

VII — Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou privada;

VIII — Declaração de que não é cônjuge, companheiro(a), ainda que em união homo afetiva ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de nenhum outro Conselheiro eleito, bem como, de que não mantém nenhuma destas relações com a autoridade judiciária e/ou com o(a) representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude na Comarca do Município de Três de Maio/RS;

IX — Cópia autenticada de certidão, diploma ou histórico escolar, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a conclusão do curso de Ensino Médio.

Parágrafo único: Na hipótese de terem sido eleitos candidatos que guardem qualquer das relações referidas nos inciso III do art. 88, terá direito a vaga aquele que tiver obtido maior votação no pleito e em caso de empate o que for mais idoso.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 89. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesta Resolução não serão apreciados.

Art. 90. Computar-se-ão os prazos previstos nesta Lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos somente correrão em dias úteis.

Art. 91. Todos os atos praticados pela Comissão Especial Eleitoral e pelo COMDICA no curso deste processo eleitoral serão informados ao Ministério Público.

Art. 92. O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao pleito

APROVADO





Art. 93. As informações referentes ao processo objeto desta Resolução serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Rua São Lourenço, 53 sala 03 Centro Alegria/RS.

Art. 94. As publicações relativas ao processo de eleição dos Conselheiros Tutelares serão veiculadas no átrio da Prefeitura Municipal, mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na Internet.

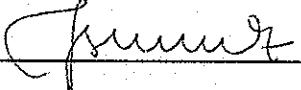
Art. 95. Os casos omissos serão resolvidos pelo COMDICA que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Art. 96. Cabe ao Município de Alegria o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

Art. 97. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alegria, 02 de Maio de 2019.

**APROVADO**

  
Janaína Andréia Hullen Zimmermann

Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos  
Direitos da Criança e do Adolescente de Alegria